

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1729761 - SP (2018/0057312-6)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**

**EMBARGANTE : SPE OLIMPIA Q27 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS**  
**S/A**

**ADVOGADO : CLÁUDIO RODARTE CAMOZZI - GO018727**

**EMBARGADO : MADALENA REGINA GOES DA FONSECA**

**EMBARGADO : LUIZ CLAUDIO BAUTZ DA FONSECA**

**ADVOGADO : GISANDRO CARLOS JÚLIO - SP265662**

## **EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CONTRADIÇÃO VERIFICADA. ARRAS. PRINCÍPIO DE PAGAMENTO. RETENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

1. Os aclaratórios são cabíveis quando existir no julgado omissão, contradição, obscuridade ou erro material, nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, situação que se observa na espécie. Contradição sanada.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, não é possível a retenção das arras confirmatórias. Incidência da Súmula 83 do STJ.

3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos infringentes.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, acolher parcialmente os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator